



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## JUIZ SUBSTITUTO

PROVA ESCRITA DISCURSIVA E DISSERTATIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 2 questões dissertativas e 6 questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de textos definitivos para as questões dissertativas e discursivas



### TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a transcrição das respostas das questões dissertativas e discursivas para a folha de textos definitivos
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova dissertativa e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca das folhas de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de textos definitivos da prova dissertativa e da prova discursiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## Dissertação - 1

A empresa Tapa Buraco Ltda. sagrou-se vencedora de licitação pública, na modalidade Tomada de Preços, cujo edital foi publicado pelo Município de Lonjópolis em 1º de abril de 2022, visando a contratação de empresa para a execução de serviços comuns de engenharia (reforma do prédio onde se localiza a escola básica municipal) orçada em R\$ 3.290.000,00 (três milhões e duzentos e noventa mil reais). A vitória ocorreu mediante a aplicação de critério de desempate previsto no edital, que disciplinava que, em caso de empate nas propostas de preços após o término da fase competitiva do certame, dar-se-ia preferência, caso o mesmo persistisse após aplicados outros critérios, à proposta apresentada por empresa localizada no Estado da Federação do Município contratante. O cenário previsto em edital se confirmou, tendo havido empate entre as propostas de preços apresentadas pela empresa Tapa Buraco Ltda., localizada no próprio Município de Lonjópolis, e pela empresa Construtora Eficiência Ltda, com sede em Estado da Federação vizinho, tendo sido, pois, a primeira declarada vencedora.

Irresignada, a Construtora Eficiência Ltda. impetrou mandado de segurança contra a decisão que julgou as propostas no mesmo dia da publicização do resultado, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade do critério de desempate previsto no edital e, portanto, do certame. Registre-se que a referida empresa não havia impugnado o edital nem interpôs recurso administrativo contra a referida decisão.

Com base nas premissas fáticas expostas, responda:

- 1) No caso em análise, a ausência de prévia impugnação ao edital ou de interposição de recurso administrativo contra a decisão constitui óbice à apreciação judicial do mérito do mandado de segurança? Explique, considerando a legislação de regência e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- 2) Independentemente da resposta à questão anterior, é possível, a partir dos elementos disponibilizados na questão, afirmar que a contratação pública em discussão contém vício que possibilite controle judicial? Justifique, promovendo uma análise jurídica abrangente do cenário descrito, tratando (i) da legislação cujo regime jurídico é aplicável à contratação, (ii) da adequação da modalidade licitatória utilizada para contratar o objeto pretendido, e, por fim, (iii) da legalidade do critério de desempate previsto no edital da licitação.
- 3) A eventual frustração da licitude do processo licitatório pode gerar responsabilização das autoridades competentes por improbidade administrativa? Justifique, indicando os requisitos necessários para a caracterização do ato de improbidade administrativa na hipótese, tendo em conta o regime jurídico aplicável e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema.

Valor da questão: 2 pontos

## Dissertação - 2

Dissertação: Responsabilidade civil do médico. Aborde: Responsabilidade objetiva e subjetiva; a culpa na responsabilidade civil do médico; obrigações de meio e obrigações de resultado; e ônus da prova.

Valor da questão: 2 pontos

## Questão 01

Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) expediu a Recomendação nº 134, de 9 de setembro de 2022, dispondo sobre o tratamento dos precedentes no Direito Brasileiro. Do art. 8º da referida Recomendação, extrai-se: “*Os precedentes devem ser respeitados, a fim de concretizar o princípio da isonomia e da segurança jurídica, bem como de proporcionar a racionalização do exercício da magistratura.*”. Em relação ao sistema de precedentes previsto no Código de Processo Civil vigente, discorra objetivamente sobre os seguintes questionamentos:

- a) De que forma o Código de Processo Civil de 2015 contribuiu para a concretização dos princípios da isonomia e segurança jurídica, bem como para a racionalização do exercício da magistratura?
- b) Em que situações poderá o magistrado afastar a aplicação de precedente vinculante quando do julgamento de determinado caso concreto?

Valor da questão: 1 ponto

## Questão 02

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento de Recurso Extraordinário (n. 1.055.941, Relator Ministro Dias Toffoli, São Paulo, datado de 4-12-2019), apreciando o tema 990 da repercussão geral, deu provimento, por maioria de votos, ao recurso, cassando o acórdão recorrido e restabelecendo a sentença condenatória de 1º grau. Igualmente, os Ministros acordaram, por maioria de votos e nos termos do voto do Relator, em aderir à proposta formulada pelo Ministro Alexandre de Moraes, fixando a seguinte tese de repercussão geral: “1. É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil - em que se define o lançamento do tributo - com os órgãos de persecução penal para fins criminais sem prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional; 2. O compartilhamento pela UIF e pela RFB referido no item anterior deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios”.

No relatório do julgamento do tema 990, consta que o Ministério Público Federal interpôs recurso extraordinário contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que acolheu a nulidade suscitada no então apelo defensivo, reconhecendo a ilicitude do compartilhamento de dados obtidos pela Receita Federal com o órgão ministerial, para fins penais.

Reconhecida a existência da repercussão geral do tema debatido (referendada pelo Plenário da Corte, DJe de 30-4-2018), o Relator, Ministro Dias Toffoli, em 16-7-2019, no intuito de preservar postulados constitucionais e por verificar risco a sua intangibilidade, determinou a suspensão nacional dos processos judiciais, dos inquéritos policiais e dos procedimentos de investigação criminal (PIC) em andamento - atinentes aos Ministérios Públicos Estaduais e Federal - que tivessem sido instaurados à míngua de supervisão do Poder Judiciário, sem sua prévia autorização, relativamente aos dados compartilhados pelos órgãos de inteligência e fiscalização e que foram além da identificação dos titulares das operações bancárias e dos montantes globais movimentados.

A partir do julgamento e tema descrito (Repercussão Geral: Admissibilidade e Mérito), analise, discorra e fundamente:

- a) Qual a motivação que levou ao reconhecimento da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal?
- b) Diferencie meios de prova e meios de pesquisa (investigação ou obtenção de prova)?
- c) O que se entende por postulado constitucional da reserva de jurisdição?
- d) Distinção entre devido processo constitucional das liberdades e devido processual constitucional orgânico?

Valor da questão: 1 ponto

### Questão 03

Amâncio Cristalino adquiriu da Incorporadora e Construtora Trama um imóvel na planta (apartamento de dois quartos), destinado a investimento imobiliário (não à sua moradia).

Após atraso de onze meses na entrega do empreendimento aos adquirentes em geral, alegadamente em razão da pandemia da Covid-19 (escassez de mão de obra), conforme informado pela promitente-vendedora, finalmente as unidades foram disponibilizadas para escrituração e registro aos adquirentes e entregues as chaves, em jantar festivo.

Especificamente em relação à unidade habitacional do adquirente em destaque, mais dois meses além foram gastos até a solução de pequenos problemas internos da unidade adquirida, pela promitente-vendedora.

O contrato firmado não prevê cláusula penal em favor do promitente-comprador.

Com base em tal enunciado, responda fundamentadamente aos seguintes questionamentos, considerando o ajuizamento de ação indenizatória pelo adquirente Amâncio Cristalino em face da incorporadora:

- 1) É aplicável à hipótese as disposições do Código de Defesa do Consumidor?
- 2) É possível a inversão, em desfavor da construtora, da cláusula penal estipulada exclusivamente para o caso de mora do adquirente?
- 3) Os lucros cessantes, nesta hipótese, se presentes: a) no que consistem? b) podem ser presumidos?
- 4) É possível a cumulação de eventual indenização por lucros cessantes com a cláusula penal moratória?
- 5) De quem é a responsabilidade pelo pagamento das despesas condominiais?

Valor da questão: 1 ponto

### Questão 04

O Prefeito Municipal de Natureza ajuizou ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei Ordinária n. 1.000, de 10 de janeiro de 2022, daquele município. Afirma que foi aprovado, na Câmara Municipal de Natureza, por iniciativa de um de seus integrantes, o Projeto de Lei n. 10/2021, que instituiu a Política de Incentivo à Cultura no âmbito daquela municipalidade, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura. Aduz que vetou integralmente o projeto, ao argumento de que houve interferência do Poder Legislativo ao criar obrigações ao Poder Executivo, acrescentando atividades ao rol de atribuições de órgãos da Administração Pública, além de prever vantagem remuneratória a servidores sem prévia estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, conforme exige o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Magna Carta. Relata que a Câmara Municipal rejeitou o veto, tendo sido promulgada a Lei Ordinária n. 1.000/2022 pelo Presidente da Câmara. Postula, pelas razões expostas, a declaração de inconstitucionalidade de referida lei.

Tendo como referência a situação hipotética acima narrada, redija um texto atendendo ao que se pede a seguir. Em seu texto, apresente justificativas embasadas na legislação e/ou na posição majoritária do Supremo Tribunal Federal.

- 1) Identifique o órgão competente para conhecimento e julgamento da ação, em conformidade com a legislação.
- 2) Discorra sobre a possibilidade de os Tribunais Estaduais analisarem, em sede de controle concentrado, a constitucionalidade de lei municipal, tendo como parâmetro preceito decorrente da Constituição Federal, ainda que não expressamente presente na Constituição Estadual.
- 3) Esclareça, à luz da Constituição Federal, da Constituição Estadual e do entendimento do Supremo Tribunal Federal, se é constitucional a lei em questão.

Valor da questão: 1 ponto

## Questão 05

---

- 1) (a) Defina o instituto/teoria do “cram down”, (b) discorra acerca da possibilidade de sua adoção/aceitação pela jurisprudência e legislação pátrias, (c) indicando, em caso positivo, em que condições e (d) citando os dispositivos legais pertinentes.
- 2) Qual o efeito de cláusula constante do plano de recuperação judicial aprovado pela assembleia de credores que preveja a extensão da novação aos devedores coobrigados da dívida, em afronta ao disposto no § 1º do artigo 49 da Lei de regência?

Valor da questão: 1 ponto

## Questão 06

---

O pragmatismo é uma corrente filosófica desenvolvida nos Estados Unidos no final do século XIX, que influenciou diversas áreas do conhecimento, inclusive o Direito. O pragmatismo aplicado ao Direito é identificado, por exemplo, na obra do jurista americano Richard Posner.

Nesse contexto, disserte sobre as ideias centrais do pragmatismo jurídico e a sua influência sobre as alterações propostas pela Lei Federal nº 13.655/2018 na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

Valor da questão: 1 ponto

### Rascunho - Dissertação - 1

---

1

5

10

15

20

25

30

### Rascunho - Dissertação - 2

---

1

5

10

15

20

25

30

**Rascunho - Questão 01**

---

1

5

10

15



20

25

30

**Rascunho - Questão 02**

---

1

5

10

15

20

25

---

30

---

### Rascunho - Questão 03

---

1

---

---

---

5

---

---

---

---

10

---

---

---

---

15

---

---

---

---

20

---

---

---

---

25

---

---

---

---

30

---

---

### Rascunho - Questão 04

---

1

---

---

---

5

10

15

20

25

30

**Rascunho - Questão 05**

---

1

5

10

15

20

25

30

**Rascunho - Questão 06**

---

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização





**PROVA ESCRITA P<sub>2</sub> – DISCURSIVA**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA P<sub>2</sub> – DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **Caderno de Textos Definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seu(s) texto(s), utilize apenas o nome **Juiz de direito substituto**. Ao texto que contenha outra forma de assinatura será atribuída nota zero, correspondente à identificação de candidato em local indevido.

**QUESTÃO 1**

A Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina concedeu a ordem em mandado de segurança impetrado por sindicato de trabalhadores da categoria de saúde — em que figura como autoridade coatora o secretário estadual de saúde — com vistas a proibir a contratação de serviços terceirizados, por entender ser inconstitucional, por violação à Constituição Federal de 1988 (CF), a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.

Tendo como referência a situação hipotética acima narrada bem como o posicionamento do STF, redija um texto atendendo ao que se pede a seguir.

- 1 Discorra sobre a possibilidade de a ordem concedida em controle difuso de constitucionalidade pela referida câmara julgadora dispor sobre o afastamento da incidência, no todo ou em parte, da CF, invocando o dispositivo constitucional a respeito do tema e eventuais manifestações do STF.
- 2 Considerando a sistemática de respeito aos precedentes perpetrada pela nova legislação processual civil brasileira, informe o instituto introduzido pelo CPC/2015, com previsão também constitucional após a Emenda Constitucional n.º 45/2004, que confere maior respeitabilidade às decisões dos tribunais.
- 3 Esclareça, à luz da CF e do entendimento do STF, se é lícita a terceirização em questão.

**RASCUNHO – QUESTÃO 1**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 2**

Consenso entre os doutrinadores é que, quando se fala em Estado de Direito (governo *sub lege* e governo *per lege*), seu elemento central é o poder, categoria que une as duas expressões que lhe dão origem (Estado e Direito).

---

A partir dessa afirmação e considerando o positivismo jurídico como forma de compreender o Direito, responda à seguinte pergunta:  
Qual é a relação entre a coatividade como elemento característico do Direito e a teoria do pacto social dos contratualistas modernos?

---

**RASCUNHO – QUESTÃO 2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 3**

Pedro, nascido em 1.º/8/1999, estagiário, com renda mensal de R\$ 1.200,00, propôs, em 2/6/2018, ação indenizatória pelo procedimento comum contra Ana e Marcela, alegando que: 1) em 31/3/2015, por volta das 22 h, em uma festa em Balneário Camboriú – SC, envolveu-se em uma briga com Ana, sua prima, a qual derrubou seu aparelho celular – o bem, avaliado em R\$ 2.000,00, ficou inutilizado; 2) na sequência, foi embora da festa na carona da motocicleta de seu melhor amigo, comprada em 1.º/12/2014, por R\$ 5.300,00; 3) Ana foi ao seu encalço dirigindo o veículo de Marcela e bateu na traseira da motocicleta, ocasionando sua queda e danos ao veículo na importância de R\$ 3.000,00; 4) fraturou a perna, o que o afastou de sua atividade laboral por sete dias; 5) a queda da motocicleta e o tempo de recuperação causaram-lhe abalo moral, valorado em R\$ 15.000,00; 6) seu amigo não sofreu lesões; e 7) conforme recibo em seu nome, foi ele, o autor, quem pagou o conserto da motocicleta.

Postulou a condenação de Ana ao pagamento do montante relativo ao aparelho celular e a das duas rés ao pagamento das consequências do acidente de trânsito.

Requeru produção de prova testemunhal e juntou: 1) o boletim de ocorrência do acidente de trânsito; 2) o recibo do conserto da motocicleta; 3) a nota fiscal da compra do celular em 14/11/2014; 4) o laudo médico referente ao afastamento do labor; e 5) a cópia do seu contrato de trabalho, firmado em fevereiro de 2015.

Deu-se à causa o valor de R\$ 20.000,00.

Não houve conciliação.

Em contestação, Ana sustentou que: 1) o responsável pela colisão foi o piloto da motocicleta, que trafegava pela pista da direita e repentinamente fechou a frente do veículo, tendo sido inevitável o acidente; 2) por sua experiência na compra de aparelhos telefônicos, o celular do requerente valia R\$ 1.000,00 na data dos fatos; 3) os acontecimentos não caracterizam abalo moral, mas apenas mero dissabor; 4) o valor da causa não corresponde aos pedidos formulados; e 5) inexistente prova do vínculo laboral.

Marcela, por sua vez, aduziu, em contestação que: 1) sua responsabilidade é subjetiva; 2) não há evidência do dano moral; 3) a culpa pelo acidente é exclusiva do condutor da motocicleta; 4) operou-se a prescrição, pois o acidente ocorreu em 31/3/2015 e a ação foi proposta em 2/6/2018; e 5) o valor do salário não está demonstrado.

Ambas as rés requereram produção de prova pericial e testemunhal.

A réplica foi ofertada.

---

Considerando essa situação hipotética, profira, de forma fundamentada, o ato judicial correspondente, indicando o(s) dispositivo(s) legal(is) aplicável(is).

---

**RASCUNHO – QUESTÃO 3**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 4**

Durante o mês de novembro de 2018, a Farma XYZ — distribuidora de produtos farmacêuticos Ltda., sediada na rua dos Coqueiros n.º 10.032, Centro, Florianópolis – SC, sujeita ao recolhimento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, sob o regime da substituição tributária (ICMS-ST), segundo o regulamento do estado de Santa Catarina, vendeu 2.253 (duas mil, duzentas e cinquenta e três) cartelas de medicamentos, com oito comprimidos de dipirona cada, às farmácias da microrregião.

A base de cálculo predeterminedada, considerada a substituição tributária (ICMS-ST), teve por base o valor final ao consumidor indicado pelo fabricante no importe de R\$ 12,00 por cartela, razão por que o recolhimento do tributo, no percentual de 17%, totalizou R\$ 4.596,12 (quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais e doze centavos).

O valor real da operação, todavia, foi de R\$ 9,00 por cartela, o que levou a empresa a solicitar a restituição ou a compensação da diferença do ICMS pago a maior, em razão da venda da mercadoria tributada via substituição tributária progressiva ou para frente pelo valor real da operação ( $R\$ 20.277,00 \times 17\% = R\$ 3.447,09$ ), uma vez que a comercialização dos produtos se deu por preço inferior ao que serviu de base para o cálculo do tributo recolhido.

---

A partir da situação hipotética narrada, redija um texto atendendo ao que se pede a seguir.

- 1 Discorra, de forma fundamentada, sobre o princípio da não cumulatividade tributária aplicável ao ICMS.
  - 2 Discorra, de forma fundamentada, sobre a substituição tributária progressiva ou para frente aplicável ao ICMS-ST.
  - 3 Responda à seguinte questão: À luz da jurisprudência consolidada do STF, no regime de substituição tributária progressiva ou para frente, a empresa tem direito à restituição da diferença apurada entre a base de cálculo presumida e a base de cálculo real? Justifique sua resposta.
-

**RASCUNHO – QUESTÃO 4**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



## QUESTÃO 5

Em uma segunda-feira, em almoço de comemoração de seu aniversário, aproveitando-se da reunião das várias pessoas que recebia em sua residência, Raul, proprietário de uma loja de revenda de veículos, encorajou Leandro, seu funcionário e usuário eventual de drogas, a consumir a maconha que sabia que o empregado trazia consigo. Leandro, de fato, a consumiu. Na sequência dos fatos, Raul solicitou que Leandro viajasse no dia seguinte a Curitiba, a fim de entregar uma caixa que, segundo ele, continha peças automotivas e que deveria chegar às mãos de Marinho, também proprietário de uma revenda de veículos naquela cidade. Raul explicou que Leandro deveria chegar em horário comercial no endereço informado e perguntar pelo proprietário Marinho, e dizer apenas ter vindo entregar a encomenda de Raul, pois tudo já estava combinado. Tendo Raul se ausentado do local onde estavam, Leandro, sem ter verificado o conteúdo da caixa, resolveu antecipar a missão que lhe fora confiada pelo chefe. Visivelmente alterado em seu estado de saúde em razão de ter consumido maconha minutos antes — portanto sem condições de conduzir veículo automotor —, Leandro colocou a caixa no porta-malas de um veículo de propriedade do patrão, cujas chaves costumavam ficar na ignição, e que era reiteradamente utilizado para os serviços externos da loja. De posse do cartão de visitas entregue por Raul, no qual constava o endereço da loja de Marinho, partiu de Florianópolis com o veículo para Curitiba.

Raul, que passava por dificuldades financeiras, havia recebido 100g de cocaína como parte do pagamento pela venda de um veículo e pretendia que o entorpecente chegasse até Marinho, conhecido traficante na cidade de Curitiba, o qual havia sido indicado por um terceiro para comprar a droga. Essa foi a única oportunidade em que Raul teve contato com o tráfico de drogas, embora já tivesse sido condenado anteriormente por porte de drogas, com sentença transitada em julgado havia três anos. Marinho, de forma antecipada, depositou na conta bancária de Raul o valor previamente combinado. Moser, sócio de Marinho na loja de veículos, tinha conhecimento do acordo de Marinho com Raul, tendo inclusive participado do pagamento, e também aguardava a chegada da encomenda em Curitiba. Marinho e Moser realizavam conjuntamente outras "operações" envolvendo drogas.

A viagem de Leandro, apesar de seu estado, transcorreu sem qualquer incidente até que o veículo foi parado pela Polícia Rodoviária Federal na BR 101, no município de Garuva – SC. Nesse momento, a droga alocada na caixa foi encontrada e apreendida e Leandro, que trazia consigo uma pequena porção de maconha, foi preso em flagrante. Na ocasião, ele ainda apresentava sinais físicos alterados.

Leandro não possuía condenação criminal, mas havia celebrado transação penal por lesão corporal praticada contra seu irmão mais velho. Nos autos, constaram notícias de que ele estaria se apropriando de rendimentos de benefício previdenciário auferido por sua idosa mãe e de que era viciado em jogos de azar e intenso frequentador de casas de prostituição.

No transcurso processual, como Leandro não fazia jus à transação penal, foi denunciado. Por ocasião da peça exordial acusatória, o representante do Ministério Público justificou não oferecer a Leandro a suspensão condicional do processo em razão de sua conduta social e personalidade, ainda que não fosse reincidente e não tivesse outra ação penal em andamento. A instrução probatória seguiu curso regular, com sentença condenatória em relação a todos os sujeitos mencionados. No que diz respeito a Marinho, o regime prisional fixado foi o mais severo, sob o fundamento da gravidade do delito, porque pernicioso ao convívio social. Moser que havia confessado, por ocasião de seu depoimento na fase policial, a autoria dos fatos, durante o interrogatório judicial, negou veementemente sua participação. Na sentença, embora o júízo tenha utilizado da confissão extrajudicial, porque corroborada com outros elementos de prova, como um de seus fundamentos para o édito condenatório, deixou de aplicar a atenuante, ao argumento de que o condenado não colaborou ao negar, em júízo, a prática delitiva.

Considerando que os fatos narrados tenham sido comprovados e que a sentença condenatória tenha sido proferida, redija um texto atendendo ao que se pede a seguir. Em seu texto, apresente justificativas embasadas na legislação e(ou) na posição majoritária dos tribunais superiores.

- 1 Indique a correta capitulação legal dos crimes praticados por cada uma das pessoas nominadas — apenas os artigos correspondentes aos tipos penais — acrescida das causas de aumento ou diminuição de pena eventualmente existentes (não é necessário o cálculo das reprimendas ou a separação em fases da dosimetria).
  - 2 Indique a correta deliberação que deveria ter sido proferida pelo juízo caso entendesse cabível a suspensão condicional do processo em relação a Leandro, mesmo com a negativa do Ministério Público ao referido benefício legal por ocasião do oferecimento da denúncia.
  - 3 Discorra sobre o regime prisional fixado em relação à pena imposta a Marinho.
  - 4 Discorra sobre o afastamento da atenuante da confissão em relação à pena fixada no édito condenatório de Moser.
-

**RASCUNHO – QUESTÃO 5**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



PODER JUDICIÁRIO  
de Santa Catarina



Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Agosto/2017

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Substituto

Nome do Candidato

Caderno de Prova Discursiva 'A01', Definitivo

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço abaixo.

Ações de educação para o consumo sustentável são urgentes.

Transcrição da frase.

## Segunda Etapa

# PRIMEIRA PROVA ESCRITA – DISCURSIVA

## CADERNO DEFINITIVO

- Assine no campo indicado. Não assine a prova em nenhum outro local deste caderno, nem por qualquer forma a identifique. A identificação implica anulação da prova.
- Esta prova consiste de 5 (cinco) Questões Discursivas.
- Só será considerada para a correção a prova redigida neste caderno, devendo ser respeitados os espaços existentes para cada questão.
- Em hipótese alguma haverá substituição deste Caderno por erro do candidato.
- Escreva com letra legível e a tinta, usando caneta esferográfica de material transparente de tinta azul ou preta; vedado o uso de líquido corretor de texto, lápis, lapiseira, caneta hidrográfica fluorescente, marca-texto ou borracha.
- Esse caderno não deve ser desgrampeado. Nenhuma folha deve ser destacada.
- A duração da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo o preenchimento deste Caderno de Respostas Definitiva.
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal da sala todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas



000X000

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA

**REDAÇÃO DEFINITIVA****QUESTÃO 1****(Valor: 2,00 pontos)**

A despeito de serem compreendidas, invocadas e aplicadas em conjunto e como sinônimas por considerável parte da doutrina e da jurisprudência brasileiras no que se refere à interpretação do direito, as máximas de razoabilidade e proporcionalidade apresentam contornos peculiares em suas características elementares. Nesse sentido:

- a. Estabeleça as principais diferenças quanto à origem histórico-cultural, à estruturação teórico-conceitual e à abrangência de aplicação de referidas máximas.
- b. As máximas de razoabilidade e de proporcionalidade podem ser conceituadas como princípios jurídicos? Justifique sua resposta.

(Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**



**REDAÇÃO DEFINITIVA**

**QUESTÃO 1**

(Valor: 2,00 pontos)

26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	



\* 1 5 7 5 2 \*

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

**REDAÇÃO DEFINITIVA****QUESTÃO 2****(Valor: 2,00 pontos)**

MASTER COMPUTADORES LTDA., tem JOSÉ como sócio gerente e representante legal da empresa, casado pelo regime da comunhão de bens com MARIA, quotista minoritária da empresa MASTER. Esta empresa celebra com o BANCO FENERATÍSCIO diversos contratos de empréstimo para injeção de recursos, como capital de giro, recebíveis de cartão de crédito etc., consolidados que foram, após diversas renegociações destinadas à repactuação do débito global, em uma cédula de crédito bancário única, com saldo renegociado a ser satisfeito em diversas parcelas, garantida pela alienação fiduciária de imóvel já pertencente à empresa MASTER e à MARIA, em frações de 65% e 35%, respectivamente, de natureza mista, pois utilizado no andar superior para moradia familiar e, no térreo, como sede do estabelecimento comercial da empresa MASTER. Consta no ajuste MARIA como fiadora e avalista de notas promissórias emitidas em favor do BANCO, tendo sido, ademais, cumpridas as formalidades legais inerentes ao início do negócio.

Satisfeitas algumas parcelas da dívida mas, considerando a crise econômica do país, que reduziu drasticamente as suas receitas ordinárias, a pessoa jurídica deixa de pagar diversas prestações.

O BANCO FENERATÍSCIO intenta, então, procedimento para reaver o bem. Solicita ao Ofício Imobiliário a expedição, contra os devedores, de intimações que, atendida a legislação quanto aos seus demais requisitos, foram enviadas por correspondência com aviso de recebimento e endereçadas ao imóvel, no qual são recebidas, no balcão de atendimento do estabelecimento, por MARIA, que se identifica como sócia da empresa e apõe nos escritos sua firma mas, distraída, olvida os avisos na gaveta do balcão.

Tempos depois, devedora e garantas recebem novas notificações, também por carta com AR, sobre a data de leilões próximos designados para fins da venda do imóvel, pelo que, receosos de perder a moradia e o local de trabalho, JOSÉ e MARIA consultam advogado especializado.

Neste íterim e, objetivando evitar a perda do bem, MASTER efetua o trespasse do estabelecimento, incluindo estoques, máquinas e utensílios, para JOTA CAMINHÕES S/A, mediante contrato particular de promessa, assinado por ambos os representantes legais, com firmas reconhecidas no Tabelionato, e arquivado na sede das empresas; e MARIA vende suas quotas na MASTER para CASTRO, representante comercial, deixando a sociedade.

Considerando o enunciado acima, **responda fundamentadamente:**

1. Uma vez tratar-se de repactuação de contratos de empréstimo, conclui-se haver desvio de finalidade na constituição da garantia imobiliária para a cédula de crédito bancário, não destinada ao financiamento para a aquisição do imóvel?
2. Na cédula de crédito bancário é viável a presença de *cláusula resolutória, expressa ou tácita*, com a consolidação da propriedade ao credor decorrente do vencimento da dívida? Justifique. De acordo com o caso narrado, foram atendidos os requisitos legais do procedimento? Justifique.
3. Caso vendido o bem em leilão, restará aos devedores algum direito? Caso os devedores ou eventual locatário se recusem à desocupação, qual a alternativa cabível ao credor fiduciário ou ao arrematante do imóvel em leilão?
4. Judicialmente, MASTER poderá alegar a sua ilegitimidade *ad causam* ou acionar JOTA CAMINHÕES S/A como a responsável pelas obrigações contratuais perante o BANCO, face o trespasse? E a transferência das quotas sociais para CASTRO exonera MARIA das obrigações frente ao BANCO?
5. Restando uma nota promissória impaga e sendo levada a protesto, com a avalista MARIA sendo negativada, responda, justificadamente:
  - a. Caso queira receber quitação da dívida, como MARIA deverá efetuar o pagamento e, caso feito, de quem é a responsabilidade pelo levantamento da negativação e em qual prazo?
  - b. Se porventura considerados indevidos o protesto e a conseqüente negativação, MARIA terá direito à indenização caso já possuísse outra negativação, porém, válida, ao tempo dessa irregular?
  - c. Caso o BANCO endosse a nota promissória em preto, com cláusula 'não a ordem', após o vencimento e o prazo para protesto, para terceira empresa 'A', e esta também a endosse para 'B', que cobra mas não recebe de MARIA o valor literal estampado na cártula, 'B' poderá exercer o direito de regresso contra 'A' e o BANCO, na condição de endossantes?

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**



**REDAÇÃO DEFINITIVA****QUESTÃO 2****(Valor: 2,00 pontos)**

(Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

**REDAÇÃO DEFINITIVA****QUESTÃO 2****(Valor: 2,00 pontos)**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	



\* 1 5 7 5 3 \*

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**



NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**



## REDAÇÃO DEFINITIVA

### QUESTÃO 3

(Valor: 2,00 pontos)

Ajuizada ação de destituição do poder familiar pelo Ministério Público contra ambos os genitores, foi suspenso liminarmente o poder familiar e o direito de visitas dos pais, bem como determinado o acolhimento institucional das três filhas do casal, com 12, 8 e 6 anos de idade, vítimas de suposto abuso sexual praticado de forma reiterada pelo pai, com a convivência da mãe. Diante do caso, responda às independentes indagações abaixo:

#### **Hipótese 1:**

Ciente desta decisão, a avó materna, que era próxima das meninas e com elas mantinha vínculos de afinidade e afetividade, interessada em cuidar das infantas, postulou, judicialmente, o cuidado das netas.

Sob a ótica dos institutos relativos à colocação das crianças e adolescente em família extensa ou substituta, discorra sobre a solução jurídica adequada ao caso. Em sua fundamentada resposta, analise e contextualize os referidos institutos, descrevendo as principais características e hipóteses de aplicação de cada um deles.

#### **Hipótese 2:**

No transcurso do processo de destituição do poder familiar não foi localizado integrante da família extensa ou ampliada interessado em cuidar das infantas. Julgado procedente o pedido de destituição do poder familiar dos pais, as três irmãs foram adotadas por um casal. Quatro anos depois, os pais adotivos divorciaram-se e não possuem consenso quanto à proteção das filhas, uma vez que ambos almejam para si a guarda delas. A mãe, professora municipal, continuará residindo em Florianópolis, onde as crianças e a adolescente estudam, e o pai, empresário da construção civil, mudou-se para a cidade chamada Palhoça, que fica a aproximadamente 20 km de distância da residência da mãe. Procedidos aos estudos social e psicológico, bem como inquiridas testemunhas em audiência, todas as provas indicam que tanto o pai quanto a mãe estão aptos ao exercício do poder familiar.

Diante desse quadro, e da recente orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, qual a solução sobre a modalidade de guarda e deveres a ela inerentes indicada ao caso, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código Civil? Discorra sobre as modalidades de guarda, contextualize e aponte as diferenças entre elas e os requisitos para a aplicação de cada uma.

(Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**



**REDAÇÃO DEFINITIVA**  
**QUESTÃO 3**  
(Valor: 2,00 pontos)

14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

REDAÇÃO DEFINITIVA  
QUESTÃO 3



\* 1 5 7 5 4 \*

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**REDAÇÃO DEFINITIVA****QUESTÃO 4****(Valor: 2,00 pontos)**

O autor ajuíza ação condenatória em que formula 3 (três) pedidos (**A**, **B** e **C**) cada um deles no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

1. Ao receber a inicial, o juiz verifica que o pedido **A** dispensa fase instrutória e contraria entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) julgado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.
2. Apresentada a contestação, o magistrado verifica que o réu reconhece o direito do autor em relação ao pedido **B**, mas impugna o pedido **C**, alegando, preliminarmente, ilegitimidade do autor e, no mérito, rebate os fatos alegados na inicial, requerendo produção de prova pericial e testemunhal no que se refere a tais fatos. O réu também contesta o pedido **A**.
3. Após a instrução, o magistrado detecta ilegitimidade ativa em relação ao pedido **C**.

Para cada um dos estágios processuais (**1**, **2** e **3**) realize o que se pede:

Profira o dispositivo da decisão cabível em cada um dos estágios processuais. Em seguida, discorra em separado sobre sua natureza jurídica, recorribilidade e possibilidade de retratação do juiz após eventual impugnação.

(Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**



**REDAÇÃO DEFINITIVA**  
**QUESTÃO 4**  
(Valor: 2,00 pontos)

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	



\* 1 5 7 5 5 \*

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

**REDAÇÃO DEFINITIVA****QUESTÃO 5****(Valor: 2,00 pontos)**

Policiais militares, por volta das 1h30m da madrugada do dia 21 de julho de 2017, deslocaram-se até a rua Quebrada, na altura do número 50, bairro Centro, Município e Comarca de Primor, em virtude de ter soado alarme do estabelecimento comercial “Esporte Geral”, que atua no ramo de material esportivo. Assim, logo depois deste fato, por reconhecerem atitude suspeita por parte de três indivíduos, únicos que estavam na referida via pública, os agentes abordaram Aroldo, Bruno e Carlos, sendo encontrados, na posse do primeiro, o valor, em espécie, de R\$ 800,00, além de mercadorias avaliadas em R\$ 300,00. Com Bruno foi encontrada uma arma de fogo de uso permitido, sem que houvesse autorização para que a tivesse consigo. Com Carlos foram encontrados dois cigarros de maconha. Foi dada voz de prisão e todos foram levados à Delegacia de Polícia. Laudo de constatação confirmou, provisoriamente, que os cigarros apreendidos com Carlos eram realmente de maconha. Levantou-se também que a arma apreendida na posse de Bruno havia sido furtada um dia antes, da residência de Manoel. O proprietário do estabelecimento “Esporte Geral” foi ouvido e relatou ter visto as imagens das câmeras de vigilância que cobrem sua loja, e afirmou que somente Aroldo teria praticado o crime; também reconheceu as mercadorias, as quais foram avaliadas e, em seguida, foram-lhe devolvidas, mediante termo nos autos. Os policiais narraram o ocorrido e, em relação a Carlos, afirmaram que acreditavam se tratar de traficante, uma vez que estava com os outros dois indivíduos que seriam de “má índole”. Em seus interrogatórios, acompanhados de advogados, todos os conduzidos se mantiveram em silêncio. A arma foi reconhecida por Manoel e encaminhada para perícia. O Delegado de Polícia seguiu as formalidades legais por ocasião do flagrante e atribuiu: a Aroldo a conduta descrita no tipo penal do artigo 155, § 1º, do Código Penal – CP; a Bruno as condutas descritas nos tipos penais do artigo 14 da Lei nº 10.826/2003 e do artigo 180, *caput*, do CP; a Carlos a conduta descrita no tipo penal do artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006. O auto de prisão em flagrante, bem como os conduzidos, foram levados ao Fórum para, em plantão judiciário, serem apresentados ao juiz. Foram certificados os antecedentes criminais e os procedimentos em andamento. Em relação a Aroldo, constatou-se que havia sido beneficiado por transação penal há dois anos. Quanto a Bruno, a certidão apontou que possui outras três ações penais suspensas nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal – CPP: na primeira foi denunciado pela prática do crime previsto no artigo 121, *caput*, do CP; na segunda, pela prática do crime previsto no artigo 157, § 2º, inciso I, do CP; na terceira, pela prática do crime previsto no artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006. Carlos possui somente o registro de ação penal por violência doméstica, com mandado de prisão preventiva a cumprir em seu desfavor. Antes da realização da audiência de apresentação dos conduzidos, esses puderam conversar reservadamente com os advogados. Ao iniciar a audiência, com entrevista pessoal individual, Aroldo não quis se pronunciar. Bruno apresentou lesões na face, além de ter reclamado de dores na região abdominal, alegando que decorreriam de agressões que havia sofrido por parte dos policiais civis no trajeto entre a Delegacia de Polícia e o Fórum. Por sua vez, Carlos, mesmo advertido de que o ato não serviria para instrução do processo, disse que a droga estava, de fato, consigo, mas que serviria para seu próprio uso. Ministério Público e Defesa não formularam perguntas e, em seguida, ao ser dada a palavra ao Promotor de Justiça, este se manifestou pela homologação do flagrante, nos termos do artigo 302, inciso I, do CPP, em relação a todos os conduzidos, requerendo a conversão em prisão preventiva, argumentando, em relação a Aroldo, que já possui uma transação penal anterior, a demonstrar sua tendência a práticas delitivas e, por conseguinte, que sua soltura representaria risco à ordem pública; em relação a Bruno argumentou que sua prisão se faria necessária pela garantia da aplicação da lei penal, bem como por garantia da ordem pública; em relação a Carlos, manifestou-se pela prisão preventiva em razão da gravidade do crime de tráfico de drogas. Dada a palavra aos advogados, estes pediram a não homologação do flagrante em relação a Aroldo, por não restar configurada nenhuma hipótese descrita no artigo 302 do CPP; sucessivamente, a homologação sem considerar a causa de aumento de pena prevista no § 1º do artigo 155 do CP, ante a natureza comercial do estabelecimento-vítima; ainda sucessivamente, sua soltura seja por não estar preenchido qualquer dos requisitos do artigo 313 do CPP, seja por não considerar a transação penal anterior como óbice para aplicação de medidas cautelares distintas da prisão, seja por aplicação do princípio da homogeneidade.

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**



**REDAÇÃO DEFINITIVA****QUESTÃO 5****(Valor: 2,00 pontos)**

Defendendo Bruno, o advogado requereu sua soltura ante a agressão sofrida pelos agentes policiais, o que tornaria nulo o auto de prisão em flagrante; pediu sucessivamente que o flagrante fosse homologado somente considerando o artigo 14 da Lei nº 10.826/2003, observando-se o princípio da consunção; alegou também não restar preenchida qualquer hipótese descrita no artigo 313 do CPP. Ao defender Carlos, requereu o reconhecimento da figura prevista no artigo 28 da Lei nº 11.343/2006 e ainda, sucessivamente, pediu a substituição da prisão por medidas cautelares.

Formule decisão abordando necessariamente os argumentos apresentados em audiência pelo Ministério Público e pela defesa ainda quanto (1) à homologação ou não do flagrante em relação a cada um dos conduzidos; (2) a conversão de prisão em flagrante em preventiva; (3) consequência jurídica das lesões apresentadas pelo conduzido Bruno.

(Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

**REDAÇÃO DEFINITIVA****QUESTÃO 5****(Valor: 2,00 pontos)**

23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	



\* 1 5 7 5 6 \*

**NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO****NÃO ASSINE ESTA FOLHA**



NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### Concurso Público para provimento de cargos de **Juiz Substituto**

Nome do Candidato _____	Nº de Inscrição _____	Nº do Caderno _____
Nº do Documento _____	ASSINATURA DO CANDIDATO _____	

## **PRIMEIRA PROVA ESCRITA - DISCURSIVA**

### **Segunda Etapa**

### **CADERNO DE RESPOSTA DEFINITIVA**

#### INSTRUÇÕES

- No campo indicado coloque sua assinatura.
- Não assine a prova em nenhum outro local.
- Nenhuma folha deste Caderno poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra, marca ou símbolo que a identifique, sob pena de anulação da prova e consequente eliminação do concurso.
- Esta prova contém 5 (cinco) questões.
- Será permitida consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial.
- Não será permitido o empréstimo de material de consulta.
- Caso seja detectado, a qualquer momento da realização da prova, a existência de material comentado, o candidato será excluído do certame ainda que tal material tenha sido anteriormente vistoriado.
- Só será considerada para a correção a prova redigida neste caderno, devendo ser respeitados os espaços existentes para cada questão.
- Em hipótese alguma haverá substituição deste Caderno por erro do candidato.
- Escreva com letra legível e a tinta, usando caneta esferográfica de material transparente de tinta azul ou preta; vedado o uso de líquido corretor de texto, lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Esse Caderno não deve ser desgrampeado. Nenhuma folha do Caderno deve ser destacada.
- A duração da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo o preenchimento deste Caderno de Resposta Definitiva.
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal da sala todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**REDAÇÃO DEFINITIVA**

**PROVA DISCURSIVA**

**QUESTÃO 1 (Valor: 2,0 pontos)**

Aponte quais são as modalidades, de que forma ocorrem e como são fundamentadas as hipóteses de responsabilização do magistrado, por seus atos, dentro do sistema jurídico brasileiro, descrevendo as diferenças entre erro judiciário e mau funcionamento da justiça.

(Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas)

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TJUSC-2ª Etapa-1ª Prova Escrita-P.Disc.-Juiz Substituto-A01 Definitivo

**REDAÇÃO DEFINITIVA**

**PROVA DISCURSIVA**

**QUESTÃO 2 (Valor: 2,0 pontos)**

JOSÉ DA SILVA, brasileiro, solteiro, sem ocupação definida, com 25 anos de idade, reincidente específico, foi denunciado pelo Ministério Público como incurso nas sanções do art. 155, *caput*, do Código Penal, por haver subtraído, para proveito próprio, um par de tênis, avaliado em R\$ 150,00, após adentrar na residência da vítima Pedro dos Santos. Uma vez preso em flagrante restou apreendido o bem objeto da subtração e restituído ao proprietário. Devidamente concluída a instrução judicial, em sede de alegações finais escritas, o representante do Ministério Público postula a condenação do agente nos moldes da denúncia. A defesa, por sua vez, manifesta-se pelo reconhecimento da incidência do princípio da insignificância na hipótese vertente e consequente decreto de absolvição do denunciado. Diante do caso exposto:

- a. Conceitue o princípio da insignificância.
- b. Enuncie as condições objetivas necessárias ao reconhecimento do referido princípio.
- c. Justifique se a tese defensiva merece ser acolhida ou não.

(Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas)

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TJUSC-2ª Etapa-1ª Prova Escrita-P.Disc.-Juiz Substituto-A01 Definitivo

**REDAÇÃO DEFINITIVA**

**PROVA DISCURSIVA**

**QUESTÃO 3 (Valor: 2,0 pontos)**

Discorra sobre o curso das ações e execuções propostas em face do devedor até a data do seu pedido de recuperação judicial, e, também, sobre execuções durante o processamento e após a sentença de concessão da recuperação judicial, abordando as regras gerais e exceções, se existentes. Fundamente sua resposta.

(Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas)

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TJUSC-2ª Etapa-1ª Prova Escrita-P.Disc.-Juiz Substituto-A01 Definitivo

**REDAÇÃO DEFINITIVA**

**PROVA DISCURSIVA**

**QUESTÃO 4 (Valor: 2,0 pontos)**

João da Silva, aluno de escola pública da rede municipal de Palhoça, irrequieto com nota baixa, desferiu, no interior da sala de aula, repetidos socos contra sua professora, ocasionando-lhe lesões corporais.

Diante de tal fato, a docente propôs Ação Indenizatória contra a Fazenda Pública municipal. Aduziu, na exordial, que a agressão havia se dado nas dependências de escola municipal, sendo o ente público responsável pela reparação do prejuízo. Postulou a reparação do dano material, consistente nas despesas com cirurgia, medicamentos e consultas, totalizadas em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e a condenação por danos morais, em decorrência da significativa alteração de seu estado psíquico, uma vez que, em razão das lesões, lhe sobreveio irremediável cicatriz na face.

Citado, o município apresentou, no prazo legal, contestação. Alega o réu que sempre disponibilizou aos discentes matriculados nas escolas municipais atendimento psicológico e que o referido aluno jamais apresentou comportamento agressivo, razão pela qual nunca fora submetido a qualquer tipo de tratamento. Pleiteou a total improcedência do pedido formulado pela autora.

Finda a fase postulatória, instruído o feito, apurou-se, através da prova documental, que a rede municipal disponibilizava atendimento psicológico, assim como a ocorrência dos danos materiais. A perícia judicial atestou que, por conta dos socos desferidos, a professora sofreu deformidade permanente, consistente em cicatriz em sua face esquerda. As testemunhas arroladas pelas partes relataram que o agressor tinha bom comportamento e apresentava excelente desempenho acadêmico, tendo, no dia dos fatos, restado inconformado com a correção da prova feita pela professora, o que o levou a agredi-la.

Apresentadas alegações finais remissivas, os autos foram conclusos ao gabinete do magistrado competente para a prolação de sentença.

Disserte sobre as modalidades de responsabilidade civil do Estado e discorra, fundamentadamente, sobre a solução jurídica do caso.

(Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas)

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TJUSC-2ª Etapa-1ª Prova Escrita-P.Disc.-Juiz Substituto-A01 Definitivo



## REDAÇÃO DEFINITIVA

### PROVA DISCURSIVA

#### QUESTÃO 5 (Valor: 2,0 pontos)

A INCORCONS-Incorporadora e Construtora S/A. promoveu o lançamento de um empreendimento imobiliário, consistente na construção do "Edifício Residencial BEACH PALACE", com 9 (nove) andares, composto por 27 (vinte e sete) apartamentos e 54 (cinquenta e quatro) vagas na garagem.

Firmados os Contratos de Promessa de Compra e Venda das respectivas unidades, foram todos os instrumentos devidamente inscritos no Cartório do Registro de Imóveis.

Todavia, 1 (um) mês após a comercialização da última unidade, foi decretada a falência da incorporadora e construtora responsável, que, via de consequência, abandonou a obra, deixando de cumprir suas obrigações contratuais.

Considerando, pois, que a construção do prédio urbano não foi concluída, e sopesando as disposições contidas na Lei nº 4.591 de 16/12/1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, esclareça:

- a. Qual(is) a(s) medida(s) que a incorporadora e construtora poderia ter adotado para garantir aos adquirentes segurança quanto à conclusão do empreendimento, e respectivo cumprimento dos Contratos de Promessa de Compra e Venda ajustados? Esclareça, ainda, qual a forma de constituição do regime e sobre a necessidade de assentamento, discorrendo acerca da finalidade e efeitos práticos.
- b. Com a decretação da falência da incorporadora e construtora, que(ais) providência(s) os adquirentes reunidos poderão tomar objetivando dar continuidade à obra?
- c. Responda, justificadamente, se há possibilidade da incorporadora e construtora falida ser substituída em seus direitos e obrigações.

(Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas)

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TJUSC-2ª Etapa-1ª Prova Escrita-P.Disc.-Juiz Substituto-A01 Definitivo